

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 14, Número 1, Abril de 2025

TRADUÇÕES

Quando a maioria deve governar?

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt

A era de contrarreforma da China

Carl Minzner

O México está à beira do autoritarismo?

*Azul A. Aguiar Aguiar, Rodrigo Castro Cornejo e
Alejandro Monsiváis-Carrillo*

Crise climática: Resistindo à tentação autoritária

Nomi Claire Lazar e Jeremy Wallace

**Crise climática: Uma estranha defesa
da governança democrática**

Elisabeth Ellis

ARTIGOS INÉDITOS

Uma *nova ordem* global nas políticas digitais?

Francisco Brito Cruz e Danyelle Reis Carvalho

**Os cinquenta anos das relações do Brasil com a África
lusófona: Política, democracia e direitos humanos**

Danilo Marcondes

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Sorj
 Sergio Fausto

TRADUÇÃO Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA Otávio Dias
 Beatriz Kipnis

REVISÃO DE DIAGRAMAÇÃO Felipe Martins

DIAGRAMAÇÃO Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 14,
Número 1, São Paulo, Abril de 2025
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaoofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaoofhc.org.br



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

A era de contrarreforma da China

Carl Minzner

Carl Minzner é professor da Escola de Direito da Universidade Fordham e pesquisador sênior de Estudos da China no Council on Foreign Relations. Ele é autor de “End of an Era: How China’s Authoritarian Revival is Undermining its Rise” [O fim de uma era: como o renascimento autoritário da China está minando sua ascensão] (2018).

Setenta e cinco anos atrás, em 1º de outubro de 1949, o presidente do Partido Comunista Chinês (PCC), Mao Tsé-Tung — ou Mao Zedong — discursou diante de um conjunto de microfones na varanda da Porta da Paz Celestial, com vista para a Praça da Paz Celestial em Pequim, e proclamou o nascimento da República Popular da China (RPC).

A China de Mao era a China da revolução. O Partido Comunista Chinês (PCC), que ele levou ao poder naquele ano, nasceu no caos dos senhores da guerra da década de 1920, cresceu em meio a lutas brutais contra os nacionalistas chineses de Chiang Kai-shek, bem como contra os invasores imperiais japoneses durante as décadas de 1930 e 1940, e chegou ao poder vencendo a titânica guerra civil do final da década de 1940, fazendo com que os nacionalistas fugissem para a ilha de Taiwan.

* Publicado originalmente como “China’s Age of Counterreform”, *Journal of Democracy*, Volume 35, Number 4, October 2024 © 2024 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

A aparição de Mao na varanda não pôs fim a essa era revolucionária. Pelo contrário, as três décadas seguintes vieram uma campanha política turbulenta após a outra abalar as bases de seu vasto e antigo país. Sob Mao, o PCC buscava remodelar fundamentalmente a China. As autoridades do partido confiscaram terras e tentavam expurgar a sociedade de todas as crenças que consideravam “superstição feudal” e qualquer sentimento que considerassem “contrarrevolucionário”. Estabeleceram uma rede de controles do PCC em todo o Estado e na sociedade. A ideologia era onipresente, pois a China se fechou tanto para o capitalismo ocidental quanto para o que Mao via como um “revisionismo” soviético inaceitável da doutrina marxista-leninista.

Mas a década de 1950 viu hesitarem os esforços do Partido para governar a China por meio de um governo burocrático organizado diante da insistência de Mao por governar — sozinho e sem restrições — como líder supremo, à frente de movimentos de massa que ele poderia desencadear com uma canetada. A política e a luta de classes tinham precedência sobre a governança. Preocupações econômicas foram relegadas a segundo plano. No final da década de 1960, o sistema nominalmente de partido único da China havia caído no caos da Revolução Cultural. Instituições burocráticas colapsaram em meio a lutas políticas radicais, enquanto facções rivais (todas declarando fervorosamente sua adoração ao “Grande Timoneiro”) lutavam pelo poder — muitas vezes em batalhas de rua.

Depois da morte de Mao em 1976, a China mudou de rumo. Abalados pelos horrores de suas revoluções sem fim, os líderes em Pequim conduziram a China a uma era de reformas. Os controles ideológicos foram afrouxados. A China se abriu. Faculdades e templos foram autorizados a funcionar novamente. Acadêmicos e quadros do partido aventuraram-se no exterior. Ideias, estudantes e cultura estrangeiros fluíram para dentro do país. Politicamente, os oficiais do Partido deram um passo atrás em relação às vidas das pessoas. As comunas foram dissolvidas;

terras privadas retornaram aos agricultores por meio de arrendamentos de longo prazo. Economicamente, a China prosperou.

Os líderes do PCC também mudaram a forma como o poder era exercido. Mao havia governado por meio de campanhas revolucionárias de massa, sessões de luta direcionadas contra os inimigos da época e reverência sagrada a suas palavras, conforme preservadas no famoso “Pequeno Livro Vermelho”. A China da era das reformas passou a realizar reuniões mais regulares dos principais órgãos do Partido e a depender mais de seus regulamentos, bem como de uma série de leis recém-promulgadas pela RPC, e a demonstrar uma aversão estrita a qualquer coisa que se assemelhasse a um culto de personalidade. O governo personalista errático de um único líder deu lugar a uma governança mais institucionalizada. Essas mudanças foram fundamentais para a era das reformas da China do final da década de 1970 até o início do século 21.

Nos últimos quinze anos, a RPC entrou progressivamente em uma nova era, bastante diferente da era das reformas. A economia chinesa, cujas taxas de crescimento impressionantes tornaram-na uma maravilha do mundo, está desacelerando. Ideologicamente, o regime está se fechando cada vez mais. E, politicamente, as normas parcialmente institucionalizadas da era das reformas estão perdendo espaço à medida que o partido-Estado volta a se tornar um regime cada vez mais personalista.

Essa era — a época de Xi Jinping — é a era da contrarreforma. O principal objetivo de Pequim não é mais a mudança social revolucionária ou mesmo o crescimento econômico, mas a estabilidade do regime. Esse fim vem sendo perseguido a todo custo. Em seu nome, os líderes chineses estão eliminando elementos centrais de ambas as eras anteriores (a abertura ideológica do período das reformas e os legados socialistas residuais da era revolucionária) enquanto revivem práticas de governança maoístas ruins (como o governo de um homem só e a mão de ferro do PCC sobre o Estado e a sociedade).

Oficialmente, nem Washington nem Pequim enquadram a China dessa forma. Para Pequim, a China é uma Terra do Nunca na qual a guinada de Xi de volta ao governo de um homem só leva inexoravelmente a um futuro nebuloso de “Sonho Chinês”, envolto em vermelho maoísta e amarelo imperial. Oficialmente, Washington chama isso de “Pesadelo Chinês”, retratando a RPC como um gigante hipercompetente de quinze metros de altura com um plano secreto magistral para dominar o mundo no século 21. Mas a verdade é que a China não está em ascensão. À medida que Pequim se aprofunda no pântano da era da contrarreforma, a RPC está, de fato, se tornando mais fraca e menos estável.

A Era da Contrarreforma

Nove anos atrás, argumentei nestas páginas que “estabilidade política, abertura ideológica e rápido crescimento econômico foram as marcas registradas da era das reformas da China. Mas elas estão terminando. A China está entrando em uma nova era, a era *pós-reformas*”.¹

Todas as tendências que observei à época estão se aprofundando agora.

A abertura ideológica da era das reformas está desaparecendo. Isso não é meramente um produto transitório das políticas de covid-zero em 2020–22, que viram Pequim isolar a China do resto do mundo enquanto o número de estrangeiros presentes no país despencava, as autoridades fechavam cidades inteiras e os controles digitais limitavam os movimentos dos cidadãos na esperança de conter o vírus. Em vez disso, o fechamento ideológico reflete uma deriva mais ampla, de décadas, de volta à securitização do Estado e da sociedade chinesa.

Autoridades do PCC obcecadas pela estabilidade, sempre atentas contra riscos potenciais, veem riscos em toda parte. No início dos anos 2000, eram os advogados de causas de interesse público que pareciam

ser vetores de ideias anti-PCC. Na década de 2010, as mídias sociais, a sociedade civil e a academia juntaram-se aos advogados. Em toda parte, os controles do Partido foram reafirmados, prisões e sentenças de prisão distribuídas e o desejado “efeito inibitório” restabelecido.

A tendência ao fechamento está se espalhando. Autoridades de segurança regularmente alimentam temores de espionagem estrangeira, particularmente em torno de 15 de abril, designado desde 2016 como o Dia Nacional de Educação sobre Segurança. Uma repressão antiespionagem em 2023 em empresas de consultoria chocou corporações estrangeiras que tentavam realizar pesquisas estatísticas e *due diligence*. Grupos LGBTQ+ da China, por sua vez, estão preocupados com as novas mensagens oficiais de que não apenas suas atividades organizacionais, mas as próprias identidades sexuais e de gênero de seus membros podem ser politicamente problemáticas.

Novas leis criminalizam a difamação de mártires e heróis designados pelo regime. O acesso a bancos de dados comerciais e acadêmicos foi restringido. Até mesmo grandes esforços patrocinados pelo Estado, como o Projeto da História Qing (registrando a narrativa oficial da última dinastia imperial da China) ou o *China Judgments Online* [julgamentos chineses online] (tornando dezenas de milhões de documentos judiciais acessíveis ao público) estão sob suspeita e foram politicamente retificados.

Economicamente, a China continua a desacelerar. Lockdowns devido à covid, o rápido envelhecimento da população e a implosão de uma enorme bolha imobiliária afetaram a outrora vibrante economia. O crescimento anual, que registrou 6,7% em 2016, vem caindo constantemente. Para 2024, espera-se que a taxa oficial não ultrapasse 5% (segundo projeção do FMI) e pode chegar a 3% (segundo o Rhodium Group, com sede em Nova York).

A desaceleração do crescimento está causando dor real na população chinesa. Em 2023, o desemprego entre os jovens atingiu um

recorde, chegando a 21%. Governos locais que dependem da venda de terras para financiar despesas crescentes estão encontrando dificuldades financeiras. Com o aumento da dívida dos governos locais, vieram salários e pensões não pagos e aumentos nos preços dos serviços públicos, que variaram de 10% a 50% este ano em Xangai e Guangzhou.

A economia da China continua a demonstrar forças reais, é claro. O país lidera o mundo na fabricação de baterias, células solares e veículos elétricos. Mas com uma demografia envelhecendo, ventos geopolíticos desfavoráveis e líderes nacionais que resistem a uma mudança para um modelo de crescimento focado no consumo doméstico, a China enfrenta um futuro econômico mais lento e estagnado.²

Politicamente, o afastamento das normas parcialmente institucionalizadas da era das reformas está ganhando tração. O retorno do governo personalista, observado por Susan Shirk nestas páginas em 2018, está se tornando cada vez mais claro.³ Em outubro de 2022, no 20º Congresso do Partido Comunista Chinês, Xi se ungiu líder máximo para um terceiro mandato de cinco anos como presidente da China. Isso era esperado. Mais surpreendentemente, ele também promoveu uma mudança nos altos escalões do PCC para que pudesse preenchê-los com seus próprios apoiadores e bajuladores. Os limites tácitos de idade que regem a promoção de altos funcionários foram ignorados; tecnocratas foram expulsos do Politburo e aposentados.⁴ E, em uma incomum variação de um evento normalmente bastante ensaiado, o antecessor imediato de Xi, Hu Jintao, de 81 anos, foi literalmente retirado de seu assento ao lado de Xi durante a cerimônia de encerramento do congresso e escoltado para fora do salão pelos assessores presidenciais enquanto as câmeras filmavam e a mídia mundial assistia.

Os órgãos de propaganda do partido-Estado têm divulgado retratos de Xi com o crescente aroma de um culto à personalidade. Retratos oficiais dele estão cada vez maiores, enquanto publicações do PCC estão cada vez mais repletas de suas citações. E coitado do funcio-

nário descuidado que imprimir erroneamente o nome do líder supremo. Quando, em março de 2023, uma única frase no *Diário do Povo*, carro-chefe do PCC, que deveria mencioná-lo, não o fez, milhões de cópias foram recolhidas.⁵

Sob Xi, Pequim vem revertendo a pouca separação entre Estado e PCC que marcou a era das reformas. Sucessivas rodadas de reformas governamentais desde 2016 viram o partido canibalizar órgãos estatais. Por exemplo, o Departamento de Trabalho da Frente Unida do PCC absorveu desde então a Administração Estatal para Assuntos Religiosos, enquanto as próprias autoridades de inspeção disciplinar do partido foram remodeladas em uma Comissão Nacional de Supervisão mais abrangente, ganhando poderes para supervisionar todos os funcionários civis, e não somente os quadros do partido.

A “retificação” implacável e abrangente de Hong Kong desde 2019, no entanto, tem sido o exemplo mais espetacular da erosão das normas burocráticas e tecnocráticas anteriores por Pequim.⁶ O Reino Unido devolveu a cidade à China em 1997, e Hong Kong foi administrada a partir de então sob o compromisso cuidadosamente elaborado da era das reformas de “um país, dois sistemas”. Nos últimos cinco anos, no entanto, leis draconianas de segurança nacional destinadas a reafirmar o controle de Pequim obliteraram esse compromisso e começaram a impor controles ao estilo da RPC sobre o governo e a sociedade de Hong Kong.

Controles mais rígidos sobre a vida privada também estão retornando. Para evitar o espectro de agitação social, Xi tem revivido modelos maoístas de vigilância de bairros. Além disso, desde 2017, as detenções políticas em massa na região noroeste de Xinjiang viram mais de um milhão de uigures e outras minorias étnicas serem enviados para campos de reeducação. Cidadãos chineses urbanos abastados inicialmente classificaram isso apenas como retrocessos ideológicos anacrônicos ou medidas necessárias para domar problemas étnicos em regiões remotas.

A era das reformas não mostrou que — para os chineses urbanos abastados, pelo menos — a política era remota e a intrusão do regime em suas vidas privadas limitada? Isso explica o profundo choque psíquico dos lockdowns de covid-zero para muitos cidadãos, particularmente em 2022. Muitos acordaram e descobriram que sistemas inteiros de controle social e vigilância haviam sido revividos quase da noite para o dia, limitando sua capacidade de sair de seus condomínios fechados para comprar comida.

Pequim, no entanto, está indo além da rejeição das práticas da era das reformas. Também está abandonando elementos centrais da própria herança revolucionária da China de 1949. Livros didáticos baseados em políticas étnicas de estilo soviético dos anos 1950, celebrando uma multiplicidade de minorias nacionais (compreendendo cerca de 9% da população da RPC), estão dando lugar a um novo currículo que promove uma assimilação agressiva em uma única identidade étnico-nacional estreitamente definida por Pequim. Resquícios do feminismo socialista estão dando lugar a discursos sobre o “papel especial” das mulheres e à promoção oficial do casamento e da procriação.

Em suma, a China de hoje está se aprofundando cada vez mais na era da contrarreforma — uma era marcada por uma economia em desaceleração, regressão ideológica e erosão política.

Contra-argumentos

Entre os observadores da China, surgiram dois contra-argumentos que minimizam a magnitude das mudanças de Xi. O primeiro vem principalmente de estudiosos do direito que argumentam que, apesar da guinada de Xi em direção ao governo personalista, a China *continua* a se institucionalizar. Alguns entendem a retórica constitucional de Xi de maneira literal, associam-na aos esforços na década de 2010 para tornar os tribunais e juízes mais profissionais e sustentam que a

China está experimentando uma “guinada em direção à lei”.⁷ Outros argumentam que, ainda que Xi esteja expandindo o PCC às custas do Estado, ele também está estabelecendo mais regras para ditar o funcionamento do PCC. Sob esse argumento, Xi é um institucionalizador, embora mais centrado no partido.⁸ Para eles, a autoridade do Estado pode diminuir, mas à medida que a do PCC aumenta, ele se comportará de maneira mais semelhante a um Estado de direito.

O segundo contra-argumento é o inverso — que a China *nunca* se moveu em direção a uma institucionalização significativa. Essa afirmação vem de cientistas políticos que consideram as descrições anteriores da era das reformas extremamente exageradas. Para eles, a suposta liderança coletiva da década de 1980 era um véu fino que cobria o domínio real de Deng Xiaoping. A imposição de limites de idade para funcionários por Jiang Zemin na década de 1990 foi apenas uma manobra para forçar seus rivais a se aposentarem. Nesse relato, a ascensão de Xi é a continuação natural de um sistema de partido único leninista em que personalidades, poder e política sempre superam instituições e normas.⁹

Ambos os contra-argumentos subestimam a importância das normas políticas parcialmente institucionalizadas que estavam no cerne da era das reformas da China. O segundo contra-argumento subestima o impacto de sua criação, enquanto o primeiro ignora as consequências de sua eliminação.

O poder das normas não reside apenas em seu conteúdo ou nível de institucionalização. Também reside em como as pessoas as percebem em comparação a como as coisas eram antes. Mesmo normas políticas fracamente institucionalizadas podem afetar profundamente o comportamento quando fornecem um contraste forte e crível com o passado e sugerem um caminho para um futuro diferente. Foi de fato o caso na era das reformas da China no final do século 20. Exemplos incluem:

- Não levar a Gangue dos Quatro, Hua Guofeng ou Zhao Ziyang para sessões de tortura e espancá-los até a morte (como aconteceu com o líder do PCC Liu Shaoqi em 1969);
- Impor limites de mandato ao cargo de presidente do Estado em 1982;
- Evitar um culto à personalidade em torno de Deng Xiaoping, que preferia ficar nos bastidores;
- Realizar reuniões regulares dos principais órgãos do PCC (ao contrário das décadas de 1960 e 1970);
- Construir instituições jurídicas — reabrindo escolas de direito e tribunais e promulgando um corpo massivo de leis estatutárias (como a Lei de Litígios Administrativos de 1989 e a Lei de Legislação de 2000) para reger o Estado e a sociedade.

Mesmo os críticos mais convincentes da institucionalização da China nas décadas de 1980 e 1990 reconhecem tanto a existência de tais normas quanto o seu contraste com o passado. Joseph Fewsmith observa especificamente o compromisso (sob Deng) com a rotatividade regular de liderança e um papel mais limitado na formulação de políticas para o PCC, que deixou a implementação real para as autoridades estatais, enquanto Joseph Torigian quantifica a mudança citando o comentário do ancião do PCC Li Rui de que “Deng Xiaoping era a metade de um Mao”.¹⁰

Apesar de sua natureza parcial e a fraca institucionalização, essas reformas foram importantes no início da era das reformas porque eram um sinal claro para aqueles que acabavam de emergir do caos da era maoísta de que Pequim estava se comprometendo com diferentes normas de governança. Ou seja, passar de “Mao completo” para “meio Mao” foi uma mudança radical naquele contexto.

Para os quadros do partido na década de 1980, que viram a política nacional mudar em uma década de Guardas Vermelhos radicais es-

pancando funcionários até a morte nas ruas por supostos desvios ideológicos para um governo autoritário semi-regularizado exercido por meio de instituições formais do partido-Estado, criou-se a expectativa de que tal trajetória pudesse continuar e se aprofundar. Poderia “meio Mao” com o tempo tornar-se “um quarto de Mao”? A importância das instituições jurídicas e do conhecimento técnico poderia aumentar enquanto a da ideologia diminuía?

Mudanças na trajetória do regime também eram importantes para os cidadãos comuns. Os arrendamentos de vários anos concedidos pela primeira vez aos agricultores na década de 1970 e aos moradores da cidade duas décadas depois eram, na melhor das hipóteses, garantias parcialmente institucionalizadas de direitos de propriedade. No entanto, para qualquer pessoa que tenha vivido a expropriação forçada de terras privadas pelo Estado e o estabelecimento de comunas rurais na década de 1950, representava uma grande mudança de direção. A China parecia estar caminhando para um futuro com maior segurança de propriedade. Tais crenças serviram para sustentar uma geração inteira de investimento e crescimento na China — não apenas por investidores estrangeiros, mas pelos próprios cidadãos chineses.

A percepção de que a China estava se movendo em uma direção diferente da anterior foi crucial tanto para a estabilidade quanto para o crescimento da era das reformas. Sob Xi, isso mudou dramaticamente.

O primeiro grupo de críticos não consegue entender até que ponto a reversão da era das reformas feita por Xi é uma mudança de maré que está progressivamente

À medida que a China retrocede, o comando do Partido está agora voltando para o governo personalista de um homem só direcionado por um líder vitalício cujas palavras emergem gradualmente como os textos orientadores centrais da era da contrarreforma da China.

engolindo um campo após o outro. Considerados isoladamente, movimentos de uma década atrás do Supremo Tribunal Popular para promover o profissionalismo judicial e publicar decisões online podem ter parecido importantes, mas foram casos isolados e atípicos em meio a uma alteração mais ampla no clima político.¹¹ Muito mais importante foi a tendência de centralização do poder por Pequim em órgãos do PCC, com regressão ideológica e igual foco na aplicação da segurança. Acadêmicos como Li Ling e Ben Liebman vêm documentando desde então como as reformas legais específicas mencionadas acima foram levadas por esses ventos políticos inconstantes.¹²

Outros estão agora cometendo o mesmo erro com alegações de que Xi está criando regras para o PCC de modo a construir um sistema de governança estável e centrado no Partido. Mais uma vez, o contexto crucial é deixado de fora. À medida que a China retrocede, o comando do Partido está agora voltando para o governo personalista de um homem só direcionado por um líder vitalício cujas palavras (seja “Pensamento de Xi Jinping sobre a Cultura” ou “Pensamento de Xi Jinping sobre o Estado de Direito”) — e *não* decisões formais dos órgãos do PCC — emergem gradualmente como os textos centrais orientadores da era da contrarreforma da China. “Meio Mao” está voltando para “dois terços de Mao”. Como Holly Snape observa, “em vez de despersonalizar o poder, as instituições que restringem os membros e as organizações do Partido estão levando a uma personalização mais forte [...] em detrimento das normas estáveis da era das reformas e potencialmente da capacidade do Estado”.¹³

O que está acontecendo agora é uma erosão total da era das reformas. Toda a sua superestrutura política está sendo minada. Normas que antes eram parcialmente institucionalizadas foram erradicadas e toda a direção da China mudou. Para as autoridades e os cidadãos chineses, a questão agora não é “como as tendências da era das reformas podem evoluir?”, mas “até onde podemos retroceder?”.

Futuros

A história não é linear. As nações evoluem em ciclos — reforma e retrocesso, revolução e restauração. A Revolução Francesa (iniciada em 1789, com a Queda da Bastilha) produziu uma ordem constitucional de curta duração seguida pelo radical Reino do Terror, que por sua vez provocou uma contrarreação, governo por uma junta e, finalmente, a reconsolidação do poder sob Napoleão e o nascimento de seu império (1804-1814). Na Rússia, as Grandes Reformas de Alexandre II na década de 1860 provocaram uma onda de contrarreformas conservadoras no final do século 19 após seu assassinato em 1881 por socialistas revolucionários, que por sua vez intensificaram o anarquismo e contribuíram para as revoluções de 1905 e 1917. No caso dos EUA, o historiador Gary Gerstle rastreou como a ordem política do New Deal de meados do século 20 desembocou no populismo que vemos hoje, a esta altura do século 21.¹⁴

Com 75 anos de reviravoltas da revolução para a reforma e depois para a contrarreforma, para onde a China irá a seguir? Posso esboçar três cenários gerais.

Retorno imperial. Se entendermos a propaganda estatal de maneira literal, a resposta é simples: de volta ao passado da China.

Pequim tem vestido o partido-Estado comunista com trajes imperiais. Em 2021, o Comitê Central publicou uma resolução sobre a história que pedia a infusão do marxismo com “cultura tradicional refinada”. O próprio Xi agora permeia seus discursos com expressões clássicas, enquanto a televisão estatal apresenta um programa que explica suas referências históricas e as vincula aos slogans do PCC e às realidades sociais atuais. Como a agência de notícias oficial agora o enquadra:

Quando era jovem, Xi certa vez expôs a ideia confucionista de “ping tian xia”, ou trazer paz e ordem ao mundo, que representa o estágio final da busca pessoal de quatro níveis. Os outros três são cultivar o eu moral,

gerenciar a família e governar o Estado. [...] Xi não é mais considerado apenas um herdeiro ou protetor de uma grande civilização, mas também o criador de uma. As tradições culturais e as condições nacionais da China determinam que a modernização chinesa, uma nova forma de civilização humana liderada por Xi, seguirá um caminho distinto do Ocidente.¹⁵

À medida que o vermelho revolucionário se dissolve no amarelo imperial, pode-se ver o esboço de uma nova narrativa oficial tomando forma: os líderes atuais de Pequim são os sucessores dos governantes imperiais do passado. Apoiados pelo peso civilizacional de milhares de anos de história, tradição e ideologia chinesas, eles também estão prontos para governar de maneira segura e majestosa por muito tempo no futuro.

Essa guinada para o neotradicionalismo tornará o regime cada vez mais personalista da China mais estável? Não. Primeiro, substituir a retórica marxista por ditados confucionistas não mudará os principais desafios de governança que a China enfrenta. Na verdade, a mudança destaca os riscos subjacentes do governo personalista. Dinastias imperiais surgiram e caíram em função de líderes individuais. Eles podiam ser iluminados e vigorosos como o Imperador Kangxi da dinastia Qing durante seu reinado (1661–1722), extravagantes e desatentos como o Imperador Qianlong no final do seu reinado (1735–99), ou cruéis e despóticos como o Imperador Yang (604–18) da dinastia Sui. E, como o estudioso Wang Yuhua mostrou, apenas metade dos imperadores da China deixou o cargo por morte natural — os outros caíram em guerras civis ou foram mortos por elites rebeldes.¹⁶

Também importa *quais* períodos históricos Pequim decidirá apresentar como modelos nas próximas décadas. Elogiará o cosmopolitismo da dinastia Tang (618–907), cujos governantes descendiam em parte de nômades das estepes não-Han? Ou elevará a dinastia Ming (1348–1644), que se voltou para dentro e cortou os laços da China com o resto do mundo?

Em segundo lugar, a adoção da ideologia neotradicionalista por Pequim exacerbará as divisões sociais existentes. Jovens graduados que enfrentam uma economia fraca e perspectivas de emprego sombrias se irritam ao serem repreendidos por funcionários idosos por “ficarem deitados” em vez de simplesmente se esforçarem como seus antepassados fizeram no século passado. Os novos textos universitários e aulas obrigatórias que enfatizam uma concepção mais racializada e centrada nos Han da nação são um mau presságio para as relações étnicas.¹⁷ E a decisão do Politburo do PCC — duas dúzias de homens na casa dos sessenta e setenta anos — de levar o país de volta aos papéis tradicionais de gênero e políticas pró-natalistas para enfrentar o envelhecimento demográfico colocará Pequim em rota de colisão com toda uma geração de mulheres jovens educadas. Nas cidades, cerca de metade delas diz que não tem planos de se casar, e queixas online sobre discriminação de gênero e normas patriarcais são comuns.

Em terceiro lugar, o passado imaginado de estabilidade imperial ao qual Pequim supostamente busca retornar é uma miragem. A verdadeira fonte de estabilidade da China tradicional não era o imperador, muito menos qualquer conjunto de declarações ideológicas vindas de Pequim. A China Imperial era um Estado de alcance limitado. O céu era alto, o imperador estava longe. Para o bem e para o mal, a verdadeira estabilidade da sociedade e do governo imperiais tinha raízes em uma rede arraigada de instituições sociais — laços familiares extensos, clãs, templos, guildas mercantis e vínculos entre proprietários e inquilinos — que estruturavam e ordenavam o dia a dia das pessoas comuns.

Não haverá retorno ao passado clássico da China, porque o Partido obliterou todos os laços com ele. A China de hoje não pode cultivar organicamente algo novo, porque o Partido está constantemente arrancando qualquer broto que surja — e salgando a terra para evitar que outros criem raízes.

Precisamente porque estruturavam um sistema imperial que ele buscava derrubar, Mao reduziu essas instituições a pedaços com décadas de violência revolucionária. O pouco que restou foi varrido durante os anos de boom delirante da era das reformas. A urbanização em massa esvaziou o campo chinês, a crescente riqueza mudou os valores sociais e o declínio demográfico reconfigurou as relações familiares. A China de hoje é uma sociedade atomizada e desinstitucionalizada, onde todas as formas embrionárias de organização social alternativa — entidades religiosas, advogados de interesse público, grupos LGBTQ+ — são regularmente asfixiadas (ou absorvidas) por um regime de partido único ciumento, semelhante aos Borg.¹

Não haverá retorno ao passado clássico da China, porque o Partido obliterou todos os laços com ele. A China de hoje não pode cultivar organicamente algo novo, porque o Partido está constantemente arrancando qualquer broto que surja — e salgando a terra para evitar que outros criem raízes.

De volta para o futuro: a China dos anos 1950. Se a história imperial e a tradição clássica não podem fornecer uma forma alternativa de governança, o que dizer das versões anteriores do governo do PCC? Poderiam ser uma opção?

É para onde Xi quer ir. Ele busca um retorno a uma forma idealizada de governo do Partido no estilo dos anos 1950, com ele no centro. Em 2017, ele citou Mao no Congresso Nacional do Povo: “Partido, governo, militares, civis, academia; leste, oeste, sul, norte, centro — o Partido lidera tudo”. Então ele colocou o slogan na carta do PCC como um princípio político central. Em uma reversão da era das reformas, o Partido agora está aumentando seu controle sobre empresas privadas, “sinicizando” religiões como o islamismo e o cristianismo e retornando os funcionários do PCC à gestão do ensino superior.

1. Ciborgues do universo *Star Trek* que “assimilam” outras espécies e aos quais “resistir é inútil” (N. do T.).

Ao querer voltar aos anos 1950, Xi está dando um amplo espaço ao caótico maoísmo dos anos 1960. Ele quer controle de cima para baixo, não movimentos de rua de baixo para cima. De fato, o slogan central — *yi gui zhi dang, yi fa zhi guo* (“usar regulamentos [do Partido] para governar o Partido, usar a lei para governar o país”) — é a linguagem de um gerente de nível médio assoberbado, e não de um revolucionário de sangue quente. Se Mao nos anos 1960 dizia às pessoas para “bombardear o quartel-general”, a versão de Xi nos anos 2020 é “fiquem quietos e sigam as ordens”.

Superficialmente, a ideia de governar a China por meio de um PCC renovado, expurgado do populismo maoísta, não é implausível. De fato, alguns argumentariam, isso tem base nas próprias forças institucionais da China. O partido-Estado chinês não é algo insignificante, mas uma tecnocracia bem organizada, com capacidades profundas e tradições milenares de governança burocrática eficaz. Esse partido-Estado não navegou pelos recifes e escolhos da era das reformas por décadas por meio de um planejamento cuidadoso de longo prazo? Por que não seria capaz de fazê-lo no futuro?

É aí que reside o problema.

Quanto mais qualquer instituição — seja na China ou em outro lugar — concentra o poder em uma única pessoa, mais a própria instituição se deteriora. As distinções entre a pessoa do líder e a própria instituição entram em colapso. Subordinados temem cada vez mais relatar más notícias. Canais de informação se fecham. Cultos de personalidade se formam. A perícia técnica dá lugar à adulação ideológica. Cortesãos lutam por favores. As políticas de Estado começam a mudar de forma errática. A política de sucessão bizantina começa a ganhar destaque.

Este foi o principal problema político da China na década de 1950. O PCC era uma instituição meramente liderada por Mao? Ou Mao

havia se elevado como uma divindade acima dela, com o Partido existindo apenas para executar sua vontade? E essa é a mesma tensão que está ressurgindo à medida que a China continua em sua trajetória atual.

Aqui, alguns objetarão que Xi não é Mao. O Timoneiro tinha imenso apoio popular de seus anos na linha de frente da revolução. Ele havia lutado na Longa Marcha e sofrido os horrores da guerra para resgatar a China de décadas de humilhação por senhores da guerra e inimigos estrangeiros. Xi é um burocrata sem cor que chegou ao topo por meio de intrigas palacianas e expurgos politizados. Até onde, realmente, isso poderia chegar?

Agora pense novamente. Sair de uma governança mais institucionalizada em direção a um governo personalista de um homem só não requer um líder carismático — ou mesmo eficaz — com um plano cuidadoso de décadas. Se um oficial de nível médio da KGB pode lançar seu país por esse caminho, então você pode apostar que um príncipe vermelho cuja experiência formativa foi ser enviado ao campo durante a Revolução Cultural pode fazer o mesmo na China.

De fato, o caminho da China hoje de volta ao governo total de um homem só é talvez ainda mais fácil de imaginar do que era na década de 1950. Não há contrapartes modernas de Peng Dehuai (que desafiou Mao em 1959) ou Deng Xiaoping — figuras com profunda experiência e passados revolucionários lendários que tinham a posição para questionar o líder máximo ou pelo menos juntar os pedaços quando ele fracassou. Xi varreu dos altos escalões do PCC qualquer um que pudesse se encaixar nesse perfil; apoiadores leais ocupam todos os cargos.

Obviamente, o declínio da China está apenas em seus estágios iniciais. Órgãos-chave do PCC ainda se reúnem, ainda que em horários mais erráticos. Ministros de Estado desaparecem sem explicação, mas — ainda — não aparecem mortos. (Embora os rumores que surgiram após um ataque cardíaco em 2023 ter tirado a vida de Li Keqiang, o ex-líder número dois da China, indiquem que muitos estão começando

a ficar atentos a isso.) Centros do “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” estão proliferando nas faculdades chinesas, enquanto jornais do PCC, que costumavam publicar densos ensaios sobre a ideologia marxista, agora publicam apenas citações de Xi. Mas as próprias reflexões ideológicas de Xi ainda não foram reduzidas a algo tão cativante, harmonizado ou fácil de comunicar como as de Mao.

No entanto, Xi está no comando há apenas doze anos. Lembre-se do infame vídeo de 21 de fevereiro de 2022 de altos funcionários russos se reunindo com Putin — tremendo em suas botas, vozes trêmulas, sentados como crianças a dezenas de metros de distância do corpo augusto do próprio imperador — enquanto ele convocava cada um para abonar sua iminente invasão da Ucrânia. Isso foi mais de duas décadas depois que Putin assumiu o poder. Ou pense nos últimos dias de Mao, cerca de 27 anos depois de ele proclamar uma nova era para a China. Conselheiros aterrorizados se amontoavam ao redor do líder máximo decrépito e quase incompreensível, a nação estremeando enquanto o caos político doméstico que ele desencadeou uma década antes se alastrava para todos os lados do lado de fora.

Esses são vislumbres de como é a decadência quase total em um governo de um homem só. E na trajetória atual de Pequim, alguma versão disso está no futuro da China.

Aumento dos riscos internos. Como seria esse futuro? É aqui que alguns políticos e comentaristas de Washington pintam os líderes de Pequim como mestres do mal, dotados de recursos ilimitados, elaborando cuidadosamente planos de longo prazo com títulos impressionantes para alcançar a dominação regional ou até mundial. E isso logicamente leva outros a começarem a falar sobre a suposta necessidade de uma nova Guerra Fria de décadas para derrotar a China.¹⁸

Mas essa China hipercompetente de potencial ilimitado não é o que vejo. Para mim, essa é uma versão distorcida da RPC, impulsionada

tanto pelo que aqueles em Washington querem ver quanto pela realidade angustiante do que está realmente acontecendo. Em vez disso, o que vejo é uma China em decadência. O país hoje se assemelha menos a uma potência em rápida ascensão, como a União Soviética ou o Japão na década de 1950 — cheios de vigor, à beira de uma expansão de décadas — e mais a uma mistura da estagnada URSS da era Brezhnev e do Japão dos anos 1990, após o colapso de sua bolha econômica e a entrada em um longo período de crescimento lento. Descansando como uma colcha de retalhos sobre tudo isso está um mosaico de políticas maoístas não resolvidas, tensões sociais latentes da era das reformas (a desigualdade agora é tão acentuada quanto nos Estados Unidos) e a realidade iminente de a China se tornar (por volta de 2050) a sociedade mais envelhecida do mundo.

Nada disso é para negar os riscos muito reais de confrontos sino-americanos durante a próxima década sobre uma série de interesses conflitantes, como políticas industriais ou Taiwan. Mas a retórica distópica e exagerada emitida por Washington (e Pequim) em relação aos temores de (ou reivindicações de) um “século chinês” ou de um “desafio geracional” é imprecisa.

Essa retórica superestima as forças da China e subestima suas fraquezas. Ela joga uma tábua de salvação para Xi, permitindo-lhe enquadrar com sucesso a causa raiz dos problemas emergentes da China como uma rejeição civilizacional pelo mundo exterior, e particularmente pelos Estados Unidos, da China e do povo chinês, em vez das próprias políticas de Xi. E ignora os riscos muito reais que as tendências domésticas representam para os próprios cidadãos chineses.

A própria era da contrarreforma de Xi está no centro dos crescentes problemas internos da China. Muitos acham o ambiente ideológico sufocante. Outros temem que seus filhos enfrentem perspectivas econômicas reduzidas e que as tendências políticas estejam minando a governança na RPC.

Muitos dos movimentos recentes de Pequim são de fato reminiscências da década de 1950, quando as políticas podiam mudar da noite para o dia ao capricho do líder máximo. As políticas de covid-zero da China são um exemplo claro. Em 2020, Xi enquadrrou prematuramente os primeiros sucessos da China no combate à pandemia como uma vitória pessoal pontuada por sua entrada triunfal em Wuhan em março e uma celebração da vitória seis meses depois no Grande Salão do Povo em Pequim. Ao apostar sua própria legitimidade em contagens de casos quase zero, ele forçou a burocracia a uma dependência reflexiva de lockdowns caros e cada vez mais massivos que se espalharam de cidade em cidade à medida que variantes mais transmissíveis apareciam. Planejar qualquer transição das políticas de covid-zero tornou-se politicamente impossível.

Quando uma economia enfraquecida e a proliferação de protestos forçaram as autoridades a suspender os controles no último trimestre de 2022, o efeito foi vertiginoso: quase não houve aviso ou tempo para se preparar. Em vez disso, três anos de controles rígidos se dissolveram praticamente da noite para o dia, quando o líder supremo mudou de ideia. A rápida disseminação do vírus se seguiu, resultando em mais de um milhão de mortes em poucas semanas.

Preocupados com o futuro, alguns na China já estão procurando uma saída. O número de milionários deixando o país está aumentando constantemente, de 10.800 em 2022 para 13.800 em 2023 e uma projeção de 15.200 em 2024.¹⁹ Os ricos da China estão cada vez mais optando por redirecionar seu dinheiro para Cingapura, enquanto um número crescente de profissionais de classe média está optando por cruzar o Oceano Pacífico rumo ao continente americano para, em seguida, enfrentar as selvas sem estradas e infestadas de bandidos do Tampão de Darién, na fronteira entre Colômbia e Panamá, em uma perigosa jornada rumo à fronteira dos EUA, cujas perspectivas são incertas.

Os piores perigos para a China e seus cidadãos, no entanto, estão por vir. A erosão política e o mal-estar econômico da era da contrarreforma correm o risco de reativar uma cepa virulenta e perigosa da política chinesa que esteve dormente por décadas. Políticas de divisão e mobilização em massa foram ferramentas centrais de governança sob Mao. As autoridades colocavam segmentos da sociedade uns contra os outros — muitas vezes violentamente — para consolidar o domínio do Partido, impor conformidade ideológica, comprar lealdade com recursos saqueados e promover alguns líderes ou classes enquanto rebaixavam outros.

Com a era das reformas, pensava-se que essas táticas haviam sido relegadas à história por uma geração de líderes que carregavam cicatrizes pessoais da Revolução Cultural. Mas na China de hoje é fácil imaginar como os novos governantes de Pequim — assim como seus colegas em outras partes do mundo — poderiam decidir tirar o pé do manual populista de Mao para lidar com a raiva social sobre a economia, ou para acelerar ainda mais a China no caminho do governo personalista de um homem só. E muitos dos movimentos recentes de Pequim — aumentando os temores de movimentos separatistas de minorias, suscitando preocupações sobre espionagem estrangeira e tirando da internet referências aos fundadores bilionários de algumas das empresas privadas mais conhecidas da China — colocam o país perigosamente perto de falhas sísmicas que atravessam profundamente a sociedade chinesa. Se elas se abrirem em um momento de crise, a China poderá ser arrastada ainda mais para os recessos sombrios de seu próprio passado.

No septuagésimo quinto aniversário do nascimento da RPC, essa é a verdadeira ironia. À medida que a China avança mais profundamente na era da contrarreforma, os piores inimigos do país não são as ameaças externas que Pequim imagina em cada esquina, nem as crescentes tensões domésticas que o regime quer desesperadamente suprimir. São os próprios demônios históricos e institucionais da China que os líderes da RPC estão em processo de reviver.

Notas

1. Carl Minzner, “China After the Reform Era”, *Journal of Democracy* 26, n. 3 (julho de 2015): 140.
2. Daniel H. Rosen e Logan Wright, “China’s Economic Collision Course”, *Foreign Affairs*, 27 março 2024. O plenário do PCC, que terminou em julho de 2024, deu poucos sinais de qualquer mudança significativa na política econômica. Neil Thomas, “Why Did Xi Jinping Stick to His Guns at China’s Third Plenum?”, *Asia Society Policy Institute*, 25 julho 2024.
3. Susan L. Shirk, “China in Xi’s ‘New Era’: The Return to Personalistic Rule”, *Journal of Democracy* 29, n. 2 (abril 2018): 22-26.
4. Um estudo de duas décadas de padrões de promoção do Partido observa que os limites tácitos de idade em vigor desde a década de 1990 (para o Politburo e o Comitê Permanente da China) foram quebrados exatamente duas vezes (ambas em 2022), quando Xi procurou fortalecer ainda mais seu controle sobre as instituições do Partido. Ling Li, “The Hidden Significance and Resilience of the Age-Limit Norm of the Chinese Communist Party”, *Asia-Pacific Journal* 20, n. 19 (2022).
5. James Palmer, “Why Did China Recall Millions of Newspapers?”, *Foreign Policy*, 5 abril 2023, <https://foreignpolicy.com/2023/04/05/why-did-china-recall-millions-of-newspapers>.
6. Carl Minzner, *End of an Era: How China’s Authoritarian Revival is Undermining Its Rise* (Nova York: Oxford University Press, 2018), 109–12.
7. Taisu Zhang e Tom Ginsburg, “China’s Turn Toward Law”, *Virginia Journal of International Law* 59, n. 2 (2019): 306–89; Taisu Zhang, “Xi’s Law-and-Order Strategy”, *Foreign Affairs*, 27 fevereiro 2023.
8. Para Peerenboom, isso é “um afastamento do Estado socialista de direito em direção a um novo modelo híbrido de partido-Estado de direito”. Randall Peerenboom, “The Transformation of State Socialist Rule of Law into Party-State Socialist Rule of Law in the Xi Jinping Era of Comprehensive Rules-Based Governance”, *Hague Journal of the Rule of Law* (2024), https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4736955.

9. Joseph Fewsmith, *Rethinking Chinese Politics* (Nova York: Cambridge University Press, 2021); Joseph Torigian, *Prestige, Manipulation, and Coercion: Elite Power Struggles in the Soviet Union and China After Stalin and Mao* (New Haven: Yale University Press, 2022).
10. Fewsmith, *Rethinking Chinese Politics*, 182–83; Torigian, *Prestige, Manipulation, and Coercion*, 3.
11. Minzner, *End of an Era*, 93.
12. Li Ling, *Governance of the Party-State: Corruption, Law and the Modus Operandi of the Chinese Communist Party* (Nova York: Cambridge University Press, no prelo); Benjamin L. Liebman et al., “Rolling Back Transparency in China’s Courts”, *Columbia Law Review* 123 (dezembro 2023): 2407–82.
13. Holly Snape, “The Rise of Party Law: Rewiring the Party, Recalibrating the Party-State Relationship”, *China Journal* 92 (julho 2024): 1–26.
14. Gary Gerstle, *The Rise and Fall of the Neoliberal Order: America and the World in the Free Market Era* (Nova York: Oxford University Press, 2022).
15. “Xi Focus-Profile: Xi Jinping, Man of Culture”, Xinhua, 1º fevereiro 2024, <https://english.news.cn/20240201/8e74c32a0c5748ed9c0f9e53846b5224/c.html>.
16. Yuhua Wang, “Can the Chinese Communist Party Learn from Chinese Emperors?”, in Jennifer Rudolph e Michael Szonyi, eds., *The China Questions: Critical Insights into a Rising Power* (Cambridge: Harvard University Press, 2018), 58–64.
17. James Leibold, “New Textbook Reveals Xi Jinping’s Doctrine of Han-Centric Nation-Building”, *China Brief*, n. 11, 24 maio 2024.
18. Matt Pottinger e Mike Gallagher, “No Substitute for Victory”, *Foreign Affairs* 103 (maio-junho 2024).
19. Devon Pendleton, “China and Britain Face an Exodus of Millionaires, Study Shows”, Bloomberg, 18 junho 2024, <https://www.msn.com/en-us/news/world/china-and-britain-face-an-exodus-of-millionaires-study-shows/ar-BB1os0Gw>.

Criada em 2007 pela Fundação Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, a Plataforma Democrática objetiva fortalecer a cultura e as instituições democráticas no Brasil e na América Latina. Desenvolvemos pesquisas, publicações e seminários sobre as transformações da sociedade e da política na região e no sistema internacional, com foco nos desafios à convivência e à governança democrática. Estimulamos o diálogo entre produtores de conhecimento e diferentes atores sociais e políticos, de modo apartidário. Promovemos o aprendizado democrático da cidadania, fomentando uma cultura cívica que valoriza a argumentação e o pluralismo de pontos de vista.

Conheça nossas publicações mais recentes:

Conexão América Latina:

Ensaio sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência.

<https://plataformademocratica.org/publicacoes/#ConexaoAmericaLatina>

Coleção O estado da democracia:

Livros sobre os desafios da democracia no Brasil e no mundo.

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/nacionalismo-e-democracia-na-europa-e-no-brasil/>

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/desafios-do-sistema-politico-brasileiro/>

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/identidades-e-crise-das-democracias/>

Coleção Corações e Mentes:

Projeto de educação cidadã orientada por valores humanistas e democráticos. Produz textos de acesso gratuito para uso escolar com o objetivo de fortalecer os valores e o exercício da democracia.

<https://coracoeseментes.org.br/>